| Aluno | Orientador | Tema | Resumo |
| --- | --- | --- | --- |
| Adriele Pimentel de Oliveira Sachs | Wilson Lavorenti | Violência contra a mulher | A temática a ser abordada parte do desenvolvimento da premissa da “Violência Contra a Mulher”, possuindo respaldo no embate enfrentado no decorrer da evolução da legislação e da sociedade no tocante ao tema. |
| Alan Patrick Ferreira Lafrata | Álvaro Sérgio Cavaggioni | Loteamentos clandestinos: chácaras rurais | O presente trabalho faz uma breve abordagem sobre a Lei de Parcelamento de Solo (Lei n.º 6.766, de 19 de dezembro de 1979), tendo como principal objetivo mostrar as consequências dos loteamentos clandestinos; identificar de que formas, sobre as leis, pode-se buscar aprovação dos órgãos competentes.O loteamento tem implicações sobre o bem-estar da coletividade em geral, e não pode ser conceituado como simples exercício do proprietário do solo em dividir a sua propriedade em várias glebas ou lotes, com o inequívoco fito de lucro, como se não repercutisse sobre o plano urbanístico do território do Município. |
| Alexandre de Lima Calefo | Gentil Borges Neto | A guarda compartilhada e as inovações trazidas pela Lei nº 13.058/2014 | O presente trabalho visa demonstrar os aspectos da guarda compartilhada e as modificações trazidas pela Lei 13.058/2014. Tal modificação tem como base a importância de princípios consagrados pelo direito de família, como: a afetividade, a paternidade responsável, a proteção integral dos filhos e o melhor interesse da criança e adolescente.Por fim, aborda-se o instituto da guarda dos filhos, adentrando à especificidade da guarda compartilhada, bem como às modificações inseridas pela Lei n. 13.058/2014. |
| Amanda Polimeno dos Santos | Gentil Borges Neto | Alimentos gravídicos | O presente trabalho visa analisar os pressupostos que estão atrelados ao direito assegurado pela Lei de Alimentos Gravídicos que, objetivando a garantia de proteção e vida ao nascituro, com o intuito de minimizar as necessidades e dificuldades que venham a ocorrer durante o período de gestação da genitora, mas também visa expor a maneira como podem ser pleiteados os alimentos gravídicos, apresentando alguns pontos controversos a respeito de direitos que a lei concede para a genitora do nascituro. |
| Amanda Rodrigues | Ana Silvia Soler | Recuperação Judicial: Proteção da sociedadeempresária | O presente trabalho analisa a situação do instituto da Recuperação Judicial no ordenamento jurídico brasileiro e o que acarreta no meio econômico, busca-se tratar de maneira cronológica como se chegou à atual conjuntura jurídica a Recuperação Judicial, desde sua origem histórica, ainda no Brasil como colônia e, posteriormente, toda a evolução da legislação até os dias atuais. |
| Amanda Torrossi Augusto | Eduardo Luis Leite Ferraz | A Evolução do Direito do Trabalho no Brasil | O presente estudo tem como objeto a evolução do Direito do Trabalho no Brasil. Para tanto, serão abordados temas mínimos para o entendimento do Direito do Trabalho, como o seu conceito, funções, formação, e características. Em sequência, será explanada toda a sua parte histórica, começando pela Revolução Industrial até a criação dos sindicatos. Como terceiro capítulo, falaremos sobre o tema do presente trabalho, a sua evolução, de modo claro e objetivo. Após, mostraremos como as Constituições se apresentam pelo mundo no tema Direito do Trabalho. Demonstrar-se-á, por fim, atualmente como se apresenta no país o Direito do Trabalho, e as novas leis. |
| Ana Luiza Packer Arthuso | César Maurício Zanluchi | Estudo comparado entre os regimes aduaneiros especiais Drawback e RECOF | O trabalho demonstrou as opções para as empresas brasileiras que utilizam mercadorias importadas destinadas a servirem de insumos no seu processo produtivo, com o objetivo de exportar os produtos fabricados. Foram demonstrados os tributos incidentes sobre a importação de mercadorias. E analisados os regimes aduaneiros especiais, Drawback e o RECOF. |
| Ana Thais Matos Limoeiro | Ana Silva Soler | Adoção por casais homoafetivos | O presente artigo tem por objetivo analisar o contexto da adoção homoafetiva no Brasil apresentando uma reflexão sobre a atual situação da jurisprudência da adoção por casais homoafetivos. Essa reflexão perpassa o histórico da construção familiar, abordando e construindo conceitos sobre adoção, família e direitos. A metodologia parte de uma revisão literária, que embasa e certifica a pesquisa como trabalho científico. |
| André Luís Rossetto | Miguel Ângelo C. N. dos Santos | O Direito da Coletividade Sobre o Indivíduo Na Ótica da Saúde Pública | Esta pesquisa trata da importância de eliminar a necessidade de ações judiciais para agentes sanitários e\ou de saúde entrar em terrenos e imóveis, cujos proprietários não o permitem, quando da procura de vetores de agravos a saúde. A Constituição Federal dá o direito de inviolabilidade de domicilio ao indivíduo e, em muitos casos, esse artigo da Constituição se torna aliado dos proprietários de imóveis a se livrarem de suas obrigações de limpeza e manutenção de terrenos e imóveis, por não terem supervisão do Poder Público. |
| Ariane Aparecida Dal’Col | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | O feminicídio e a violência doméstica | Esta pesquisa visa abordar a violência contra a mulher, em especial a violência doméstica e a tipificação do feminicídio na legislação brasileira. Promoveremos o estudo a respeito da violência doméstica, bem como, serão apreciadas as legislações brasileiras anteriores à Lei Maria da Penha, as mudanças de suma importância advindas com esta lei e a tipificação do feminicídio. |
| Ariane Bianca Pereira Elias | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | Um estudo sobre a utilização da cannabis sativa (maconha) para fins terapêuticos e medicinais | Esta pesquisa objetivou levantar uma discussão a respeito da utilização da cannabis sativa (maconha) para fins medicinais e, para tanto, primeiramente tratou de tecer algumas considerações a respeito das drogas: seu uso no decorrer da história, os principais tipos existentes no Brasil, bem como os custos sociais que a dependência química pode causar à família e ao Estado. Também verificou como se dá a repressão ao tráfico e ao uso de drogas no país e, por fim, apresentou posicionamentos favoráveis e contrários ao uso da maconha com fins medicinais. |
| Bruna Merengo Samblás | Richard Pae Kim | A ineficácia da Lei de Execução Penal e as Violações aos Direitos Fundamentais | O presente estudo busca analisar como é aplicada a lei de execução penal brasileira no sistema penitenciário, onde serão minuciosamente analisados os problemas que acontecem dentro das celas infringindo a lei. Além disso, vamos comentar a situação do preso e tratando as prisões como um depósito de lixo humano e de seres inservíveis para o convívio em sociedade. |
| Bruno Martins Tomaz | Wladyr Benedicto Bueloni Junior | Proteção ao menor: Critérios para atribuição da guarda unilateral à luz do ordenamento jurídico brasileiro | O objetivo do presente trabalho é abordar os critérios considerados pelo Magistrado, visando o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, ao atribuir a guarda unilateral a um dos genitores após a dissolução da sociedade conjugal, nos casos em que a guarda compartilhada se mostra inviável. Será dado breve enfoque à questão da presunção materna, pois ainda na atualidade existe certo ranço histórico-cultural que atribui preferência ao direito da genitora de permanecer com os filhos, em relação ao direito do genitor. |
| Carla Marisa Medeiros Dario | Gentil Borges Neto | Efeitos patrimoniais resultantes da dissolução do casamento | Trata-se de estudo sobre os Efeitos patrimoniais na dissolução do casamento com ênfase no Regime de Comunhão Parcial de Bens tem por escopo atingir a compreensão dos regimes de bens na dissolução da sociedade conjugal, posto que, o regime de bens escolhido, antes do casamento pelos nubentes, reflete diretamente no patrimônio dos consortes. |
| Carolina Migliolo Guerreiro | Gentil Borges Neto | Cláusulas abusivas nos contratos do consumidor | No art. 51 o Código de Defesa do Consumidor traz inúmeras cláusulas abusivas no seu rol exemplificativo, ele veio para aplicar a lei identificando a qualificação no caso concreto. Entretanto nada impede que possam existir outras cláusulas em favor ao consumidor. Neste trabalho tem por objetivo analisar as cláusulas abusivas e consequência à nulidade absoluta. |
| Caroline Monteiro de Almeida Cardoso | Renata Helena Silva Bueno | Responsabilidade civil e proteção jurídicas do profissional da saúde | É comum encontrarmos referências aos profissionais da saúde abordando sua responsabilidade civil, porém, é necessário também observar seus direitos enquanto profissionais. Assim, o operador do direito pode auxiliar estes profissionais nas demandas de responsabilidade civil, mas também prestar consultorias orientando-os a respeito de seus direitos e de como garanti-los. |
| Clesiandro Aparecido Pereira | Miguel Angelo Ciavareli Nogueira dos Santos | Um estudo sobre a investigação de paternidade no Brasil | Esta pesquisa objetivou levantar uma discussão a respeito da investigação de paternidade no Brasil e, para tanto, primeiramente promoveu um estudo sobre a questão da família. Na sequência fez algumas considerações a respeito da paternidade como um todo e, ao final, abordou a investigação de paternidade: métodos para sua afirmação ou negação; DNA; ação de investigação de paternidade e de paternidade socioafetiva; e posicionamentos jurisprudenciais. |
| Daniel Fernandes Minharo | André Camargo Tozadori | A imprescindibilidade de fundamentação da decisão judicial que decreta a interceptação telefônica | Este trabalho de pesquisa bibliográfica tem como objetivo analisar os dispositivos legais inseridos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil e na Lei nº 9.296/96, bem como o entendimento doutrinário e jurisprudencial destinado a apontar a imprescindibilidade de fundamentação da decisão judicial que autoriza a interceptação telefônica, concomitantemente a produção da prova ilícita, apontando que não seria lícito o Poder Público autorizar a invasão de privacidade do investigado sem que haja primeiramente uma decisão fundamentada. |
| Daniel Forket de Moraes Leme | Manuela Cibim Kallajian Rabelo | Regime de separação obrigatória de bens | Estudo que discorre sobre o instituto Regime de Separação Obrigatória de Bens, agora disciplinado pela Lei n. 12.344/2010, que alterou o disposto do artigo 1.641 do Código Civil, elevando a idade mínima de imposição do regime separação obrigatória para 70 anos, procurando resguardar uma possível situação de fragilidade, impedindo a comunicação do patrimônio, embora interferindo na autonomia da vontade dos contraentes. |
| Daniele Pereira | José Renato Martins | Ressocialização – Reinserção do ex-detento na sociedade | A presente pesquisa tem como objetivo principal abranger resumidamente a história do Direito Penal no tocante a finalidade das sanções criminais no Brasil, visando analisar de maneira sucinta a eficácia de suas medidas coercitivas no que tange a reinserção do ex-infrator à sociedade. |
| Débora de Sousa Silvestre | Gentil Borges Neto | Responsabilidade civil dos médicos e o Códico de Defesa do Consumidor | Conclui-se que este trabalho visa demonstrar a responsabilidade dos profissionais da Medicina, o que muitas vezes não é visto por todos, como alguns profissionais que nem sequer são capacitados e acabam colocando em risco vidas no exercício de suas atividades profissionais, atuando com negligência, imprudência ou imperícia. Ressalta-se a importância dos profissionais estarem sempre atualizados, buscando se especializarem cada vez mais, para buscar fazer o melhor trabalho. |
| Elvio Incola de Barros | Jorge Luiz Mialhe | O meio ambiente na comunidade dos países de língua portuguesa - CPLP | A presente monografia consiste em um tema de destaque “meio ambiente” e tem como objetivo do trabalho analisar as conferências da CPLP no âmbito ambiental, por meio de do direito comparado, recomendar o modelo brasileiro como parâmetro aos países membro da CPLP, que estão trabalhando na consolidação de sua legislação ambiental. |
| Ericson Ganeo Paulino dos Santos | João Miguel da Luz Rivero | Formação da liberdade religiosa no Direito brasileiro - Estudo das Relações Entre Estado e Religião nos Diferentes Períodos da História do Brasil | Formação da Liberdade Religiosa no Direito Brasileiro: Estudo das Relações Entre Estado e Religião nos Diferentes Períodos da História do Brasil. A presente monografia jurídica trata das relações jurídicas entre o Estado brasileiro e as diversas confissões religiosas, notadamente a Igreja Católica, nos diferentes períodos históricos do Brasil: Brasil Colônia, Império, e República. Relata de forma sumária o progresso histórico dessas relações e as principais consequências destas. Traz, ainda, uma breve análise dos movimentos mais importantes relacionados à liberdade religiosa ocorridos na Europa entre os séculos XVI e XVIII, e que influenciaram de alguma forma o pensamento jurídico pátrio. |
| Fabiana Fernanda Fachine | Eduardo Alberto Pinca | A influência de mídia no Tribunal do Júri | A mídia apresenta um papel fundamental na ciência jurídica, associada à política da realidade social e da subjetividade humana, parece ser um conceito, onde valores e emoções influenciam seus juízos, inclusive dentro da teoria do crime o que é um ponto chave para a compreensão do Direito Penal, o presente trabalho tem como objetivo, abordar um ponto de extrema importância dentro desta área. |
| Fábio Gomes | Miguel Ângelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Redução da maioridade penal | Um dos temas mais discutidos atualmente é a redução da maioridade penal, uma lei com a proposta de reduzir a idade para os jovens responderem por seus atos. Afinal, o que é melhor para o Brasil: manter a maioridade penal em 18 anos ou reduzi-la? O presente trabalho tem por objetivo examinar as possibilidades de redução da maioridade penal, a partir de uma análise histórica dos diferentes tratamentos dado a imputabilidade penal ao longo dos anos pelo ordenamento jurídico brasileiro. |
| Felipe Pimentel da Cruz | Miguel Ângelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Usuário e traficante na Lei 11.343/2006 | Este trabalho monográfico objetiva analisar e discutir as inovações advindas da Lei nº.11.343/2006, principalmente no atinente aos critérios utilizados pelo referido diploma legal para diferenciar o usuário do traficante de drogas. Para tanto, contextualizou-se o tema, expondo, em linhas gerais, a questão das drogas, desde a sua concepção, passando pela sua evolução histórica, enfatizando-se, por fim, o tratamento dado às políticas anti-drogas nos diversos países e como estas políticas poderiam influenciar o Brasil. |
| Flávia de Oliveira Santos | Gessé Marques Júnior | O crime de estupro no casamento | A presente monografia tratará de discutir a possibilidade de figurar o marido como sujeito ativo do crime de estupro. Analisando questões jurídicas e sociológicas, procuraremos demonstrar o avanço ocorrido no ordenamento jurídico, que permitiu, dentre outras coisas, que pudesse o homem ser julgado e condenado pelo crime de estupro quando, utilizando violência ou grave ameaça, coage sua esposa a com ele manter relações sexuais. |
| Francine Aparecida Corrêa Gonzales | Renata Helena da Silva Bueno | Dano Moral no Âmbito Familiar: Direito a Convivência Familiar, Abandono Afetivo Parental | Partindo da concepção de família, bem como das normas atinentes a essa estrutura social, principalmente no que tange as novas compreensões de princípio da solidariedade e direito a busca pela felicidade; abrangendo também, os direitos da pessoa menor de idade em especial condição de pessoa em desenvolvimento, o presente estudo enfrentará o tema da possibilidade (ou não) de se reconhecer o dano moral decorrente do abandono afetivo perpetrado pelos genitores em prejuízo do menor. |
| Francisco Cesar de Oliveira | Alexandre Augusto Gualazzi | A terceirização da administração pública | O presente trabalho trata da terceirização, mais especificamente da terceirização no âmbito da Administração Pública. A fim de se obter o entendimento do tema, são abordados os aspectos gerais da terceirização, como: conceito, classificação e origem, sua evolução histórica no Brasil, vantagens e desvantagens da terceirização. |
| Gabriela Ferrari Barbosa | Nelson Paulo Rossi Junior | Considerações sobre a Tutela Antecipada no Processo Civil | Sabendo-se que o nosso ordenamento jurídico possui a possibilidade de antecipar os efeitos produzidos por uma sentença, o presente trabalho tem como objetivo, tecer comentários acerca do instituto da tutela antecipada na área do Processo Civil. Trata-se de uma análise de cunho doutrinário sobre o conceito do referido instituto, sob a luz da história da evolução deste, bem como sua atual aplicação, trazendo, ainda, breves comparações com o Novo Código de Processo Civil, que entrará em vigor em março/2016. O presente estudo tem como objetivo esclarecer as possibilidades e impossibilidades da aplicação do referido instituto, bem como de apresentar algumas das diferentes possibilidades e momentos de sua aplicação. |
| Gabriella Fernanda Nichols | Gustavo Henrique de Oliveira | Obrigação alimentar dos pais aos filhos maiores | O presente trabalho visa abordar sobre a família quanto a sua proteção perante a Constituição Federal de 1988. Os alimentos civis e naturais, suas definições. A maioridade civil dos filhos e sua necessidade de receber os alimentos, bem como a responsabilidade dos pais em proporcioná-los. A obrigação alimentar dos pais para os filhos maiores perante o binômio necessidade x Possibilidade.   |
| Gentil Benedito Canuto Junior | Eduardo Alberto Pinca | Embriaguez ao volante: aspectos administrativo e penal | Este Trabalho de Conclusão de Curso foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo mostrar a necessidade e a importância da evolução da legislação brasileira, uma vez de que não se trata da aplicação de penas e penalidades mais severas, a ponto de coibir futuras reincidências ou mesmo com o objetivo de servir de exemplo para que os demais condutores abandonem esse hábito de beber e dirigir. |
| Gustavo Henrique Pires | Cesar Mauricio Zanluchi | A nova lei de lavagem de dinheiro: Uma análise do papel do advogado na nova lei | O tema do trabalho é a análise do papel do advogado na atualização da Lei nº 9.613/1998, lei essa referente a Lavagem de Dinheiro, capitais e/ou bens valores, alterada com a entrada da Lei nº 12.683/2012. A pesquisa tem como foco o papel do advogado na abordagem da nova lei, pois a mesma trouxe uma modificação no rol de pessoas as quais são obrigadas a prestarem informações ao COAF (Conselho de controle a atividades financeiras, criado com a lei 9613/98) e outros órgãos referente a operações e transações suspeitas. |
| Harrison Thomaz Carreiro | André Camargo Tozadori | Prisão em flagrante delito e a audiência em custódia | A pesquisa elaborada tem como objetivo analisar o contexto atual da prisão em flagrante e também efetuar uma análise sobre o PLS 554/2011, a qual defende em especial a implantação das Audiências de Custódia, com a finalidade da apreciação judicial das medidas cabíveis decorrentes da prisão em flagrante. |
| Henrique Mellega | José Luiz Joveli | Crimes digitais | O avanço da tecnologia de forma rápida abre um vácuo sem precedentes na égide do Direito, uma vez que o Direito não tem a evolução na mesma velocidade, esta monografia tem o intuito de exemplificar e demonstrar as normas brasileira a respeito das práticas delituosas no meio digital. |
| Igor Pereira Rodrigues | Renata Helena da Silva Bueno | Direito ao esquecimento: aspectos relevantes | Por meio de análise de leis e apresentação de casos, esta monografia pretende demonstrar a possibilidade de cabimento do direito ao esquecimento, assim como apresentar os diversos direitos que circundam a sua existência. A discussão acerca deste tema é recente no Brasil, depois de decisões emitidas pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal é que se ilustra as possibilidades de cabimento deste direito no ordenamento jurídico nacional. |
| Isabela Garrido Bandeira | Thiago Chohfi | Danos morais pelo simples descumprimento da legislação trabalhista | O presente trabalho tem como espoco diferenciar o dano moral trabalhista típico, isto é, aquele que com frequência é visto nos processos trabalhistas, quais sejam, acidente de trabalho, assédio sexual, transferências abusivas, revista pessoal do dano moral atípico, pouco comentado pela doutrina e bastante divergente quanto a sua jurisprudência, o que na prática seria a não concessão de féria, atraso no pagamento das verbas rescisórias e assim por diante. |
| Isabella Merlin Gobbo | André Camargo Tozadori | A responsabilidade penal da pessoa jurídica nos crimes ambientais | Em resumo o trabalho abordará a problemática da responsabilidade penal da pessoa jurídica na prática de crimes ambientais e a introdução do Direito Penal na tutela do meio ambiente, bem como os fundamentos da responsabilidade penal da pessoa jurídica e as divergências doutrinárias a respeito do tema. |
| Isabelle Peixoto | André Camargo Tozadori | Teoria da coculpabilidade do Estado e sua aplicabilidade no ordenamento jurídico penal | O Princípio da Coculpabilidade ingressa no ordenamento jurídico brasileiro como instrumento de justiça social, estabelecendo como premissa maior, a possibilidade de atenuação da responsabilidade penal de infratores vulneráveis e excluídos socialmente, objetivando apurar as consequências da exclusão social geradas por um direito penal seletivo e rotulador que pune de forma desproporcional. |
| Jacqueline Seghese Piacentini | Thiago Chohfi | Adicional de 25% e a possibilidade de interpretação extensiva às demais espécies de benefícios previdenciários | O presente trabalho tem como escopo analisar a possibilidade de extensão do acréscimo de 25% concedido ao aposentado por invalidez que necessite de ajuda de terceiros para realização de suas atividades cotidianas, prevista no artigo 45 da Lei nº 8.213/91 para os demais tipos de aposentadorias, à pensão por morte e ao beneficio de prestação continuada (LOAS). |
| Jamile Castelli | João Carmelo Alonso | A nova legislação do empregado doméstico e a busca por igualdade de direitos | O trabalho doméstico no Brasil sempre foi exercido em condições precárias, e com grande informalidade, sendo executado na grande maioria por mulheres negras. No entanto essa realidade está vinculada ao passado, que foi marcado pela escravidão e pela discriminação racial que durou até o final do século XIX. Ao longo dos anos, vem ocorrendo à busca pelo reconhecimento da profissão, assim como sua regulamentação na esfera jurídica, conquistada por essa categoria, que somam hoje por volta de 7,2 milhões de pessoas em todo país. |
| José Rento Pierin Vidotti | André CamargoTozadori | Sistema trifásico de dosimetria da pena | O presente trabalho tem como tema o “Sistema trifásico de dosimetriada pena” no qual aborda os diferentes tipos de penas hoje aplicadas, de acordocom o ordenamento jurídico brasileiro, e também um panorama sobre ascaracterísticas das três fases pela qual passa para a fixação da pena do réu, ouseja, o juiz, ao verificar o caso concreto, quando for decidir a pena a ser impostaao réu deverá necessariamente fazê-lo em três fases. |
| Julia Godoi Pereira da Cruz | André Camargo Tozadori | Presunção absoluta e relativa no estupro do vulnerável | A presente monografia trata acerca da presunção relativa e absoluta no delito tipificado no artigo 217-A (estupro de vulnerável). Tem como objetivo trazer ao leitor as mudanças ocorridas com a lei 12.015/09, que criou o estupro de vulnerável, as divergências doutrinárias existentes e as atuais decisões dos Tribunais Superiores acerca do tema acima mencionado. |
| Julia Guimarães Degasperi | André Camargo Tozadori | Direito Penal do Inimigo | Este trabalho desenvolvido junto a Faculdade de Direito da Universidade Metodista de Piracicaba/SP tem por objetivo discorrer sobre a origem e a evolução social do Direito Penal do Inimigo; demonstrar sua importância no ordenamento jurídico brasileiro como relevante instrumento de combate à ação criminosa e ressaltar a possibilidade de sua aplicação; analisar o tema na Legislação Penal brasileira, apresentar discussões e recentes entendimentos doutrinários acerca das possibilidades que o envolvem. |
| Julia Souza Cabana | Manuela Cibim Kallajian Rabelo | Alienação parental na ruptura da sociedade conjugal | Os motivos norteadores da realização deste trabalho monográfico são muitos e as motivações de ordem emocionais são tão intensas que fica complicado para enumerar todas elas, sob o risco de negligenciar algumas em detrimento de outras, contudo a ordem aqui enumerada indique qualquer prioridade preferencial. |
| Larissa Furlan | Gustavo Henrique de Oliveira | Guarda compartilhada | O seguinte trabalho tem como objetivo demonstrar as mudanças ocorridas na lei de guarda dos menores e incapazes. Além de demonstrar a definição de família para o direito, e os direitos e deveres dos pais em relação aos menores após uma separação conjugal. |
| Leandro Lotto Dias | Miguel Ângelo Ciavarelli Nogueira dos Santos | Ressocialização do egresso prisional | A presente monografia trata da reintegração de apenados a sociedade e seus aspectos positivos, negativos. Regra geral é um problema enfrentado por todo ex-detento ao ter a liberdade garantida, o egresso esbarra no preconceito de uma sociedade que não está preparada para recebê-lo. A eficácia da ressocialização que o governo adota dentro e fora das penitenciárias, como a assistência ao egresso que esta descrita na a Lei 7.210/1984. O termo reintegrar traz a ideia de fazer com que o egresso se torne novamente um ser social, capaz de viver em sociedade como um cidadão comum. |
| Luiz Fernando Barbosa | Everaldo Tadeu QuiliciGonzalez | Trabalho Infantil no Brasil:Violação ao Principio da Dignidade Humana | À proibição legal do trabalho precoce se soma a compreensão de que a exploração de crianças e adolescentes no trabalho é uma violação dos seus direitos fundamentais e se insere no campo da violação dos direitos humanos. A proibição ética do trabalho infantil está fundada nos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta, nos termos do art. 227 da Constituição Federal e dos arts. 3º, 4º e 5º do Estatuto da Criança e Adolescente. |
| Manoela de Medeiros Moreira | José Luiz Joveli | O valor probatório do inquérito policial | O presente trabalho tem como escopo abordar a importância do Inquérito Policial em nossa legislação Pátria, exercido pela Polícia Judiciária através do procedimento investigativo/inicial, que visa apurar crimes contra a ordem pública. |
| Marcela Caroline dos Santos Sanchez | José Luiz Joveli | A criminologia midiática e a seletividade do sistema penal | O presente estudo apresenta o debate crítico acerca da criminologia midiática e a seletividade do sistema penal. Para tanto, abordou-se o processo de criminalização, a teoria do Labelling Approach, o fenômeno do populismo penal midiático até chegar-se na criminologia midiática. Apresentando-se, por derradeiro, as primeiras linhas doutrinárias da criminologia cautelar. |
| Marcelo Capotosto Valério | Cesar Maurício Zanluchi | As Regras para a Recepção pela Constituição Federal de 1988 do §2º do art. 32 da Lei nº 5.172/66 – Código Tributário Nacional | O presente trabalho almeja analisar a recepção ou não do §2º do art. 32 da Lei nº 5.172/66, diante da entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, visto que esta passou a prever exigências até então inexistentes no que tange ao tratamento de matéria tributária, especialmente no que concerna às normas ditas “gerais”. |
| Marcelo Jorge Chaim Junior | Jarbas Martins Barbosa de Barros | A Função Social da Empresa Frente a Lei de Recuperação e Falência. (Lei n.º 11.101/2005) | O presente estudo objetiva analisar o instituto da função social da empresa no atual contexto econômico. Serão elencadas questões teóricas e práticas relacionadas ao aludido princípio. Além de explanar seus conceitos, origem, fundamentação, aplicação e os conflitos da atual lei de falência, que desviam a finalidade do instituto e afastam o princípio da função social. |
| Maria Gabriela Frezzarin | Gentil BorgesNeto | Guarda Compartilhada e Alienação Parental | O presente trabalho aborda a instituição família em seu todo, e os princípios que a norteiam, bem como também irá abordar a dissolução do núcleo familiar pela ruptura conjugal, onde promove alguma desarmonia nas partes envolvidas. A temática da guarda surge da necessidade do magistradoobservar e buscar o melhor interesse do menor nos processos de separação do casal, portanto é necessário que se tenha um cuidado especial nessa fase para com os filhos advindos dessa união. |
| Marina Cariola Martins de Barros | Álvaro Sérgio Cavaggioni | A irrenunciabilidade dos alimentos pelo(a) ex-cônjuge | Trata-se de uma pesquisa a respeito da validade da renúncia aos alimentos feita pelo ex-cônjuge, à luz do Direito brasileiro contemporâneo. Com efeito, consistem os alimentos em um direito assegurado ao cônjuge que esteja em estado de necessidade e, que não consiga manter sua própria subsistência, os quais deverão ser pagos pelo outro cônjuge sempre que presente o binômio necessidade/possibilidade. |
| Marina Diehl | André Camargo Tozadori | Tortura – breve análise histórico-legal do crime de tortura e sua permanência na atualidade | O presente trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento da tortura ao longo do tempo e os motivos pelos quais tal conduta ainda permanece na sociedade atual. Desse modo, foi analisado como a prática da tortura se desenvolveu historicamente desde a Antiguidade até os dias atuais, com foco no modo em como as sociedades se posicionaram perante as evoluções dessa prática. |
| Marina Merchiori | José Luiz Joveli | Descriminalização do artigo 28 da Lei n° 11.343/2006 (Nova Lei de Drogas) | A promulgação da Lei n° 11.343/2006 revogou as leis que a antecediam e trouxe os crimes e os procedimentos a serem adotados, incluindo a política de combate às drogas e diferenciou o tratamento dispensado ao usuário e ao traficante de drogas no âmbito criminal, trazendo também consigo uma preocupação com a reinserção do dependente e deixando de falar em substâncias entorpecentes e sim de drogas. O tema de estudo desse trabalho será abordar todas as mudanças e melhorias ocorridas através da atual Lei de Drogas. |
| Mario Righetto | Gentil Borges Neto | Aspectos civis e bioéticos em relação à reprodução assistida com foco na inseminação assistida In vitro | A presente monografia tem como objetivo apresentar as técnicas de reprodução assistida, sua história e evolução, apontando as de maior relevância, sendo mais enfatizada a inseminação in vitro, para que com o entendimento dos procedimentos técnicos seja clara a apresentação das problemáticas dos âmbitos ético e do biodireito. Aspectos estes que necessitam do entendimento da concepção de personalidade através das teorias natalistas e concepcionistas, para que se possa determinar desta forma em qual momento o indivíduo adquire vida jurídica, assim sendo, garantindo-lhes seus direitos. |
| Matheus Rodrigues Giovaneti | Gentil Borges Neto | Sucessão do cônjuge e do companheiro | O presente trabalho realiza a análise dos institutos da sucessão do cônjuge e companheiro, mostrando como é o funcionamento dos respectivos artigos conforme os ensinamentos da doutrina, da jurisprudência e da Direito como Ciência Cultural, trazendo por fim, um viés filosófico, sobre a coerência dos institutos com cultura da sociedade, aplicando o conceito da Teoria tridimensional e da Teoria Geral do Direito. |
| Mauricio Campos Bettone | Gentil Borges Neto | Impenhorabilidade do Bem de Família | O presente estudo visa analisar a possibilidade ou não de penhora do Bem de Família, com análise da lei específica, do código civil, julgados recentes, e toda matéria que envolve a caracterização e penhora do mesmo. A princípio é feita uma análise do que caracteriza um bem de família, após as possibilidades de ser dado em garantia, de penhora para pagamento de dívidas tanto pessoal quanto de terceiros. O bem de família busca garantir uma existência digna humana, sendo que o mais importante a ser tutelado por esse benefício é a garantia à residência do devedor de boa-fé. |
| Mayara Cristini Noveleto | Eduardo Luiz Leite Ferraz | Financiamento de campanhas eleitorais | A presente pesquisa aborda a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4650, que trata da ausência de limites quanto às doações de pessoas jurídicas aos partidos políticos para o financiamento das campanhas eleitorais. |
| Nathalia Pavan Sabino | Gentil Borges Neto | Tutela e curatela: ante a interdição do menor | O presente trabalho trata do Direito de Família, aplicado aos menores de idade e maiores incapazes, interditos. Discorre sobre a tutela (implica em tutela o poder estabelecido a um terceiro, visando que este zele pelos bens e interesses de um menor ou de incapaz por idade) e a curatela (objetiva a proteção dos bens e do indivíduo maior de idade que, por algum motivo ou impedimento, encontra-se impossibilitado de responder por si mesmo, bem como administrar seus bens), respectivamente, abrangendo seus conceitos, objetivos, métodos, procedimentos, competência, responsabilidades, pontos doutrinários e jurisprudenciais. |
| Nayara Amorim Rocha | Nelson Paulo Rossi Junior | Considerações sobre a guarda no Brasil | A presente monografia tende a demonstrar as considerações da guarda no Brasil. Faz-se uma breve abordagem sobre o pátrio poder, hoje conhecido como poder familiar, o qual passou por várias transformações, visto que, antes, o pai possuía poderes sobre seus filhos e seus bens. Com o passar do tempo, o poder familiar passou a ser um dever que ambos os pais possuem perante seus filhos, para que, em conjunto, atendam às necessidades dos menores. Este trabalho verificará as modalidades de guarda existentes no Brasil, efetuando uma abordagem acerca dos tipos de guarda, sua caracterização e conceituação. |
| Neusley Martins Moura | Alexandre AugustoGualazzi | Verbas Trabalhistas e Indenizatórias na Sucessão Hereditária | O tema proposto tem como finalidade abordar o conflito aparente da legislação do tema Verbas Trabalhistas e Indenizatórias na Sucessão Hereditária, almejando um estudo na questão do falecimento do trabalhador, inclusive poracidente de trabalho, contudo, não deixando de abordar os aspectos processuais legais e as referidas contrariedades oriundas das Leis que versam sobre o assunto, tanto no âmbito jurisprudencial quanto doutrinário. |
| Nicholas Bortoletto Banzatto | André Camargo Tozadori | A inconstitucionalidade no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 | O presente trabalho tem por objetivo apresentar as inconstitucionalidades referentes ao artigo 28 da Lei 11.343/2006, que por sua vez tipifica o porte primário de drogas para uso pessoal. Neste será analisado através do prisma dos princípios constantes da Constituição Federal Brasileira, como também de tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Não somente, mas também, será apresentado como este assunto fora discutido nas Supremas cortes Argentina e Colombiana.  |
| Nicholly Balduíno da Silva | Gentil Borges Neto | Adoção internacional de brasileiros sob enfoque da legislação nacional e tratados internacionais ratificados pelo Brasil | O presente trabalho de monografia aborda sobre o tema da adoção internacional, trazendo seus requisitos e procedimentos legais. Inicia-se com o conceito e princípios que norteiam a adoção internacional, e a evolução histórica, e em seguida, uma breve análise das normas concernentes à adoção internacional, normas essas que estão previstas na Constituição Federal de 1988, no Código Civil, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Convenção de Haia. |
| Pâmela Gobbo Campitelli | Álvaro Sergio Cavaggioni | Guarda compartilhada: vantagens | A presente monografia aborda a guarda desde o Código de 1916, trazendo o pátrio poder como direito absoluto e soberano que o chefe de família exercia sobre seus filhos, expõe os tipos de guarda, destacando a compartilhada, acompanhandoas alterações dos artigos e visando quais as vantagens e desvantagens dessa modalidade de guarda, tendo também como curiosidades neste presente trabalho como é tratada a guarda compartilhada no direito internacional. |
| Patrícia Pereira Gomes | Mirta Gladys Lerena Manzo Misailidis | Assédio Moral | Caracteriza -se pela degradação definida das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e condutas negativas dos chefes e coordenadores em relação a seus empregados, constituindo uma experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos emocionais para o trabalhador e a organização. O trabalhador escolhido é isolada do grupo sem explicações, passando a ser ridicularizada, inferiorizada diante dos pares. |
| Paulo Minharo Junior | Gentil Borges Neto | Nulidade do contrato de doação de cônjuge adúltero para seu cúmplice | O presente trabalho de conclusão de curso versa sobre os contrato de doação, tendo como enfoque principal as causas que levam à nulidade da doação realizada pelo cônjuge adúltero para seu cúmplice. Inicialmente, fez-se importante enunciar um breve histórico e algumas noções preliminares acerca do contrato de doação, tais como evolução histórica, conceito, bem como suas principais modalidades. |
| Rafael Costa Manfrinato | André Camargo Tozadori | Dos crimes contra a administração pública e a eventual aplicabilidade do princípio da insignificância | O princípio da Insignificância, ou bagatela, não está presente em nosso ordenamento jurídico pátrio, tratando-se apenas de uma construção doutrinária somada a jurisprudências. O postulado tem como objetivo afastar a tipicidade material da conduta, ensejando-se a sua não punição, a princípio formalmente típica, haja vista o bem jurídico tutelado não ter sido lesionado de forma que justifique a aplicação do ramo mais gravoso, ou seja, o Direito Penal. |
| Rafael Menezes Pilon | João Miguel da Luz Rivero | Negociação coletiva de trabalho: limites impostos pelos princípios constitucionais e infraconstitucionais. | O presente trabalho tem por escopo a abordagem sobre os limites da negociação coletiva de trabalho, estes em relação aos princípios constitucionais e infraconstitucionais. |
| Rafaela de Jesus Silva | Nelson Paulo Rossi Junior | O inventário por escritura pública | O presente estudo tem por finalidade o conhecimento das noções básicas, dos requisitos e procedimentos para a lavratura de Inventário e Partilha Extrajudicial, realizados nos Tabelionatos de Notas, faculdade esta possibilitada pela Lei federal 11.441/2007.  |
| Rafaela Maziero de Godoi | Eduardo Alberto Pinca | Prisão preventiva: a ordem pública e o princípio da presunção de inocência | A presente monografia trata da legitimidade auferida à prisão preventiva que se fundamenta na garantia da ordem pública em face do consagrado princípio constitucional de presunção da inocência. |
| Ramon Henrique Kühn Soria | Renata Helena da Silva Bueno | Aspectos da Política Nacional de Destinação de Resíduos Sólidos – Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 | O intuito do presente trabalho foi estudar a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010 e apontar seus principais aspectos. Levantou-se primeiramente uma visão geral da lei em tela, apontando seus princípios e objetivos para se evidenciar seu caráter inovador; em seguida, suscintamente, foi levantado um histórico da tramitação da lei no Congresso Nacional, desde o seu projeto de lei inicial; demonstrou-se a importância do Direito ao meio ambiente na Constituição Federal de 1988, aprofundando as questões que erigiram o meio ambiente a Direito Fundamental; esclareceu-se a questão da competência ambiental e a Constituição Federal. |
| Raphaela Galdi Bissoli | José Renato Martins | A responsabilidade civil no direito de família diante das novas realidades que envolvem a indenização por abandono afetivo parental | Indenização por abandono afetivo se refere a uma nova forma de se avaliar a Responsabilidade Civil, forma essa que vem sendo muito polêmica em nosso ordenamento jurídico, uma vez que se trata de indenizar aquele que sofreu abandono afetivo e não monetário e por isso teve como resultado transtornos psicológicos irreparáveis. |
| Reginaldo Donizete Fantato | André Camargo Tozadori | **A eficácia da aplicação de medidas protetivas e socioeducativas na prevenção da prática de atos infracionais** | Nos dias atuais, tramita no Congresso Nacional a PEC da redução da maioridade penal, com forte clamor popular pela sua aprovação. Este trabalho aborda a **eficácia da aplicação de medidas protetivas e socioeducativas, previstas na lei específica em vigor (ECA), como forma de prevenir a prática de atos infracionais.** |
| Renato Climas Pereira Filho | Wladyr Benedicto Bueloni Júnior | A descaracterização do contrato de leasing devido a cobrança antecipada VRG | O objetivo principal deste trabalho é abordar o contrato de leasing de uma forma geral, seu conceito, características, elementos, posteriormente, após a compreensão da natureza do leasing será discutida a legalidade ou não da cobrança antecipada do valor residual, hoje já pacificado pelos tribunais.Para tanto a pesquisa foi realizada por meio de doutrinas, artigos, Legislação e principalmente jurisprudência. |
| Samir Francisco Marafon do Canto | Mirta Gladys Lerena Manzo Misailidis | O direito ao trabalho no constitucionalismo social pós-constituição de 1988: Sua eficácia e efetividade | O trabalho é um direito fundamental social pétreo previsto no artigo 6º da CF/88, o qual tem um papel singular na conquista pela dignidade da pessoa humana. Nesse sentido cabe ao Poder Executivo, bem como ao Poder Legislativo promover políticas públicas para que isso aconteça, todavia, a omissão ou morosidade do sistema tem forçado ao Ativismo do Poder Judiciário para sanar este impasse. |
| Samuel Engel Neves da Silva  | Sérgio de Oliveira Silva Junior | Obrigação Alimentar Avoenga: abordagem sob o enfoque do Direito Material | A presente monografia trata da possibilidade da prestação alimentícia recair aos avós do alimentando quando o devedor principal não tiver condições de responder pelos alimentos, em todo ou em parte, sem prejudicar seu próprio sustento. |
| Sandra Regina Toniolo Domingues | Gustavo Henrique de Oliveira | Responsabilidade Civil por Erro Médico | A responsabilidade civil do profissional de Medicina ganhou nova dimensão com o advento da Constituição Federal de 1988, do Código de Defesa do Consumidor e do Código Civil de 2002 que criaram condições legais amplas para o cidadão discutir a atuação do profissional liberal acerca do procedimento adotado. O presente trabalho abordará a responsabilidade civil, explorando o erro médico e suas consequências, através de doutrinas, estudos, julgados, jurisprudência, e levantamentos a fim de compreender a temática. |
| Simone Aparecida de Almeida Borro | José Luiz Joveli | Crimes contra a dignidade sexual - estupro | No ano de 2009, o Código Penal sofreu alteração, passando a tratar não mais dos costumes, e sim da dignidade sexual como um todo, daí derivado o novo nome para a expressão antiga “Crimes Sexuais”. Sua nova “identidade” decorre da expressão diretamente ligada à liberdade e ao desenvolvimento sexual da pessoa humana. Salienta-se que os novos estudos sobre o referido tema têm como principal foco o estupro, tratando da natureza jurídica da ação penal nos crimes contra a liberdade sexual. |
| Solange Aparecida dos Santos | Gentil Borges Neto | Alienação parental e síndrome da alienação parental | Por meio do presente trabalho monográfico, cuida-se de pesquisar questões basilares que dizem respeito à Síndrome da Alienação Parental e ao instituto jurídico da Alienação Parental, combinando estudos de caráter fundamentalmente jurídicos, quanto sociais e de ordem psicológica. |
| Stéfany de Lima Gomes | Cristhiane Martins Schmidt | Homicidas em Serie (Serial Killers) e a Imputabilidade Penal | O presente trabalho aborda a mente de um psicopata e serial killer, a forma de agir, suas parafilias, seu modus operandi, sua assinatura. Psicopatas são incapazes de aprender com a punição ou de modificar seu comportamento. A grande problemática abordada é o quanto este criminoso é ou não inimputável, trazendo durante o trabalho a discussão entre vários doutrinadores, sendo estes juristas, psiquiatras e psicólogos. Não podemos deixar de ressaltar a forma que este indivíduo deve ser tratado pelas leis brasileiras. |
| Suellen Aparecida Bueno Migliorin  | José Renato Martins | Do crime contra ordem tributária: a sonegação fiscal e suas consequências | O presente trabalho visa abordar de modo geral os crimes contra a ordem tributária, com ênfase no crime de sonegação fiscal, apresentando sua tipificação tanto no âmbito penal quanto no âmbito tributário. Tem como objetivo conhecer melhor a respeito da Lei n. 8.137/90 que regulamenta o crime em questão e, para isso, será analisado desde a evolução histórica da legislação penal tributária, síntese histórica dos tributos até os dias atuais, bem como as infrações e sanções penais, as causas de extinção de punibilidade e a apresentação do programa de recuperação fiscal. |
| Suélen Lopes da Silva  | Renata Helena da Silva Bueno | A responsabilidade civil do Estado diante do dano ambiental | O presente estudo pautar-se-á em uma análise sobre o instituto da responsabilidade civil diante do dano ambiental, investigando, principalmente, a participação do Estado como sujeito passivo de responsabilização, além de verificar seu papel em cumprir os deveres estabelecidos constitucionalmente, os quais visam evitar a degradação ecológica e, por conseguinte, incentivar o desenvolvimento ambiental. Para isso, este trabalho baseia-se nas construções doutrinárias e jurisprudenciais, com o intuito de proporcionar uma visão prática a respeito do tema. |
| Talita Beatriz Pancher | Jorge Luis Mialhe | Genocídio e a Corte Interamericana de Direitos Humanos: um estudo do caso Plan de Sánchez (Guatemala) | O presente trabalho possui como objeto de estudo o julgamento do caso Plan de Sánchez (massacre ocorrido na Guatemala em 1982) pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, à luz da evolução dos Direitos Humanos, da análise histórica dessas prerrogativas em âmbito internacional, seus sistemas de proteção, bem como da tipificação criminal de prática genocida. |
| Talita Cristina Leone Moraes | Richard Paulro Pae Kim | Justiça Juvenil Restaurativa | A presente monografia tem como tema cerne a Justiça Juvenil Restaurativa. A mesma se apresenta como sendo um novo meio de solução de conflitos no âmbito criminal. Agrupa as partes que doravante se envolvem para que haja a possível reparação do dano por meio de diálogo de forma civilizada. O tema se torna latente em discutir porque, na atualidade, muito se vê a criminalidade avançar de maneira aviltante, causando medo e desconforto à população. |
| Tainá Moura Perdiz | Miguel A C Nogueira Dos Santos | Crime de Embriaguez ao Volante | O presente trabalho, inicialmente, apresenta uma analise histórica do surgimento do Código de Trânsito Brasileiro, que foi criado com intuito de proteger a população. Serão estudadas as mudanças que o Código de Trânsito Brasileirosofreu junto a Lei 11.708/2008 e Lei 12.760/2012, com finalidade de fiscalizar e diminuir a quantidade de infrações causadas pela combinação de bebida alcoólica ou substancias análogas com o volante. |
| Thais Pepe Reinato | AndréCamargo Tozadori | Tráfico privilegiado de drogas e o regime prisional aberto | A Lei nº 11.343 de 2006 trouxe em seu artigo 33, parágrafo 4° a figura do tráfico privilegiado, conferindo um tratamento menos gravoso ao traficante de droga que se encaixa em determinados requisitos, ou seja, o réu precisa serprimário, ter bons antecedentes, não se dedicar as atividades criminosas e não integrar organização criminosa. Discute-se, neste atual contexto, se esse delito teria um tratamento diferenciado, não equiparando ao hediondo e podendo tero cumprimento de sua pena em regime abertooua sua substituição por penas restritivas de direitos. |
| Thaiza Ramelli Barbosa | José Luís Joveli | A descriminalização das drogas ilícitas: política antiproibicionista do uso e do tráfico de drogas | O objetivo deste trabalho é mostrar os modelos de controle das drogas ilícitas, tais como o proibicionismo, a política de redução de danos e a função social das penas. Demonstrar também proposta de combate às drogas, através dadescriminalização e da legalização para o uso das mesmas, tendo em vista que o modelo proibicionista fracassou. |
| Victor Obrownick Cotrim | José Luiz Joveli | O princípio da lesividade e os crimes de perigo abstrato | O presente trabalho versa sobre a atuação do Direito Penal sobre o indivíduo na sociedade atual. Trata sobre a necessidade e funcionalidade da atuação estatal do âmbito penal na tutela dos bens jurídicos considerados mais valiosos pelo ordenamento. Ainda, traz embate sobre a viabilidade e até mesmo a legalidade dos chamados crimes de perigo abstrato. |
| Vitor Camargo Sampaio | Eduardo Alberto Pinca | Dos excessos na legítima defesa | A presente monografia procura abordar, principalmente, os excessos que existem quando o agente se beneficia de uma das causas de excludente de ilicitude, exposta no artigo 25 do Código Penal, a legítima defesa. Mostrando que o fato em concreto carece de uma análise minuciosa em cada um, para se averiguar qual excesso que houve conduzido pelos diferentes detalhes que cada tipo requer. |